



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião Extraordinária do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 001/2016

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Conselho Geral da Universidade do Minho (CGeral), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único:

- Revisão dos Estatutos da UMinho, na sequência da passagem da Universidade a Fundação Pública com regime de direito privado, ao abrigo do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

Estiveram presentes o Dr. Álvaro Laborinho Lúcio, que presidiu, o Reitor, Professor António Cunha, a Dra. Isabel Furtado, o Doutor Howard Davies os Professores Álvaro Sanromán, Ana Cunha, Ana Marques, Francisco Veiga, Jorge Pedrosa, Licínio Lima, Lúcia Rodrigues, Luís Amaral, Manuel Pinto, Margarida Casal e Rui Ramos, a Dra. Fernanda Ferreira, os Estudantes Bruno Alcaide, Carlos Videira, José Mário Sousa e Pedro Sanches. Justificaram a ausência o Eng.º António Murta, o Doutor Manuel Carvalho da Silva, a Dr.ª Paula Moura Pinheiro e a Professora Clara Oliveira (**anexo I**). _____

Antes de iniciar o ponto único da agenda, o Presidente informou os Conselheiros sobre o Comunicado do II Encontro dos Presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Portuguesas, emitido pela Universidade de Évora, dizendo que não se revia no documento, bem como, que os contributos para o Comunicado final, endereçados pelos elementos da delegação da UMinho, não foram integrados no documento.

O Professor Jorge Pedrosa iniciou a sua intervenção dizendo que a sua participação no Encontro dos Presidentes dos Conselhos Gerais constituiu um momento de aprendizagem e considerou muito significativas as contribuições que a delegação da UMinho emitiu, quer no decurso do Encontro, quer para o Comunicado, pelo que lamentou a sua não inclusão no documento final.

O Presidente passou de seguida ao ponto único da agenda, colocando à consideração dos Membros uma primeira fase de análise dos artigos a alterar para adequação dos Estatutos ao Regime Fundacional, e em seguida a análise do restante articulado. Tendo esta metodologia recebido aceitação por parte dos presentes,



deu a palavra à Dr.ª Fernanda Ferreira para dar início à apreciação do documento disponibilizado pela Comissão Especializada de Governação e Assuntos Institucionais (CE-GAI).

A Dr.ª Fernanda Ferreira enumerou os artigos objeto de alteração, por força da conformação dos Estatutos com o regime fundacional, designadamente: art.º 1.º, art.º 10.º, art.º 18.º, art.º 20.º, art.º 21.º, art.º 22.º, art.º 23.º, art.º 25.º, art.º 29.º, art.º 35.º, art.º 38.º, art.º 42.º, art.º 47.º e art.º 118.º.

A Dr.ª Isabel Furtado considerou que deveriam estar incluídas no normativo relativo ao património da Universidade também as patentes, pela importância de que atualmente se revestem, no que foi secundada pelo Reitor, pelo que ficou assente a inclusão de uma nova alínea no art.º 21.º alusiva à propriedade intelectual.

Relativamente ao art.º 22.º (Autonomia Orçamental e Receitas), o Reitor entendeu que a redação estava bem conseguida. Colocou, no entanto, algumas reservas à redação da alínea b) do n.º 4, a qual referiu poder suscitar dúvidas no Instituto Nacional de Estatística.

No que diz respeito à redação do art.º 23.º (Fundo da Universidade do Minho), o Reitor propôs a alteração do texto *“... com o objetivo de assegurar a prossecução das respetivas atribuições através de fontes alternativas de financiamento.”* para *“... com o objetivo de apoiar a realização de projetos de investimento de interesse estratégico para a Universidade.”*

O Professor Licínio Lima disse ser relevante evitar a leitura política deste articulado, não sendo aceitável que este Fundo seja constituído para a prossecução dos objetivos da Universidade, dado que isso desresponsabiliza o Governo.

De seguida foi debatido o art.º 35.º (Reuniões), no que releva à existência de pelo menos uma reunião do CGeral aberta ao público. A Dr.ª Fernanda Ferreira transmitiu que, de acordo com o art.º 27.º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), as reuniões dos órgãos da Administração Pública não são públicas, salvo disposição legal em contrário, razão pela qual, caso fosse intenção manter-se uma das reuniões aberta ao público, isso deveria estar explicitamente consagrado nos Estatutos, visto que são homologados por Despacho Normativo, e não apenas no Regimento do órgão como atualmente acontece.

Na opinião do Reitor, as reuniões não deveriam ser abertas ao público. Os Professores Jorge Pedrosa e Ana Cunha pronunciaram-se favoráveis à realização de pelo menos uma reunião anual aberta ao público, no sentido de garantir a proximidade do órgão com a Academia; e o Estudante Carlos Videira, para além da sua concordância com a realização de uma reunião aberta, perspetivou a possibilidade da totalidade dessa reunião ser pública. O Professor Licínio Lima disse ser favorável à redação do artigo tal como apresentado, de modo a garantir os mínimos democráticos.



Depois de algum debate sobre a matéria, ficou decidido que pelo menos uma das reuniões anuais será pública, ficando essa menção no número 2 do art.º 35.º.

Relativamente ao art.º 118.º (Atuais Órgãos da Universidade), o Reitor referiu que a redação proposta pode ter uma interpretação dúbia, dado que dos órgãos atualmente em funções, apenas o Conselho de Gestão é sujeito a nova nomeação após a entrada em funções do Conselho de Curadores.

Ouvidas algumas opiniões de redação alternativa, foi decidido que o art.º 118.º teria a seguinte redação: *"Após a entrada em vigor dos presentes Estatutos mantêm-se em funcionamento os órgãos definidos nos estatutos vigentes com as respetivas competências."*

O Presidente deu assim por concluída a análise dos artigos de modo a adequar os Estatutos ao Regime Fundacional, tendo essa adequação sido aprovada, na generalidade, por unanimidade dos membros presentes.

O Presidente iniciou de seguida a apreciação dos artigos correspondentes a assuntos que os Membros da CEGAI elencaram para apresentação ao Plenário, passíveis de alteração em sede de revisão estatutária.

O primeiro normativo a ser debatido foi o nº 2 do art.º 10.º (Constituição de Pessoas Coletivas). O Reitor mostrou a sua concordância com a redação apresentada, dado que a mesma continua a dar autonomia ao Conselho de Gestão, mediante aprovação do Conselho Geral.

O Presidente manifestou o entendimento que a definição de critérios pelo CGeral poderia criar limitações ao funcionamento do Conselho de Gestão. No sentido salvaguardar as competências do CGeral, e garantir a não existência de entropia na gestão quotidiana da Universidade, apresentou como proposta alternativa o mecanismo da delegação do CGeral no Presidente, para este tomar decisões de constituição de pessoas coletivas que não sejam suscetíveis de criar dúvidas ao órgão, pela sua natureza e pelos montantes envolvidos.

Os Membros presentes apoiaram a proposta apresentada, no sentido de garantir a operacionalização da tomada de decisões, permitindo assim ao Conselho de Gestão não ficar dependente da realização das reuniões do CGeral para aprovação dessas entidades.

Face à concordância dos Membros, foi decidido eliminar o nº 2 do art.º 10.º e alterar a redação do nº 7 do art.º 29.º (Competências) para *"7. O Conselho Geral pode delegar no seu Presidente as competências previstas na alínea i) do nº 2."*

O Professor Licínio Lima chamou a atenção para o enquadramento jurídico-institucional da questão, sendo que o CGeral não deveria abrir mão de competências estratégicas, como é o caso da constituição de pessoas coletivas. Referiu também a preocupação com uma eventual presidencialização do órgão. Contudo, disse



compreender a urgência dos atos de gestão e entendeu que deveria ser realizada uma reflexão sobre o funcionamento do órgão, apontando como exemplo a constituição de uma Comissão Operacional, a qual teria uma intervenção mais ativa.

O Presidente reiterou a importância de uma reflexão profunda sobre o papel do órgão, que agora se revela mais urgente em face de poderes do Conselho de Curadores, e afirmou, a título de exemplo, que no seu entender a designação da Comissão de Ética e a regulamentação respetiva deveria passar para a esfera da competência do CGeral.

A Dr.ª Fernanda Ferreira concordou com o Presidente, acrescentando que também a aprovação do Código Deontológico deveria competir ao Conselho Geral, como acontece em outras Universidades, ambas as competências em consonância com a proposta que inicialmente apresentou na Comissão.

O Reitor afirmou o seu acordo de princípio com a integração da Comissão de Ética no CGeral e defendeu a criação no futuro de um novo órgão consultivo – o Conselho de Ética, entendendo embora haver uma impossibilidade prática de isso ser feito na presente revisão, por implicar uma reformulação do atual enquadramento e organização da Comissão.

No art.º 31.º (Eleição e Cooptação), foi dada especial importância ao nº 5, no caso da vacatura do CGeral. O Professor Licínio Lima referiu que haverá complicações processuais, no caso de deixar de existir a figura de Decano.

O Presidente referiu que o Conselho se devia manter em funções até à tomada de posse, na totalidade, do novo Conselho já com os membros externos. Assim, os procedimentos a observar deveriam ser os seguintes: eleição dos membros internos; cooptação dos membros externos; tomada de posse do novo Conselho Geral, com a sua constituição integral.

Na sequência das intervenções, e após amplo debate, foi decidido introduzir uma alteração na redação do nº 3 do art.º 31.º, onde consta “... *pelo conjunto dos demais membros*”, passando a constar “... *pelo conjunto dos membros eleitos*”. Foi também determinada a introdução de um novo ponto com a indicação de que o mandato do CGeral cessa com a tomada de posse dos novos membros e que é o Presidente cessante que dá posse ao órgão.

No art.º 37.º (Competências), na alínea s), foi decidida a substituição de “... *ensino e investigação...*” por “... *Unidades Orgânicas*”.

Às 12h50m ausentou-se, justificadamente, a Professora Ana Cunha.



Em sede de apreciação da redação do art.º 51.º relativo à composição do Plenário do Senado Académico, a Dr.ª Fernanda Ferreira expos ser seu entendimento que o número de representantes não docentes e não investigadores neste órgão deverá ser de cinco, e não apenas de três, como atualmente, por uma questão de equilíbrio da representatividade entre os corpos, dada a elevada percentagem de membros por inerência do corpo de professores e de estudantes; tendo merecido a concordância do Estudante Carlos Videira, mas no caso de haver a possibilidade de discutir a proporcionalidade da representação de todos os corpos nos restantes órgãos da Universidade.

A questão suscitou algum debate, no qual foi apresentada uma proposta alternativa de constituição do Plenário com seis representantes dos professores e investigadores doutorados; seis representantes dos Estudantes; e quatro representantes do pessoal não docente e não investigador.

O Estudante José Mário Sousa referiu que, face à já extensa dimensão do órgão, entendia que não deve ser aumentada a representatividade dos membros eleitos.

O Professor Jorge Pedrosa mostrou a sua concordância com a última composição apresentada, tendo em consideração o número de membros eleitos e por inerência e o facto de a composição do órgão não aumentar muito.

O Professor Licínio Lima alertou para o objetivo principal de reforço do número de membros eleitos, dado que a atual composição coloca em causa a relação número de elementos-competências do órgão. Considera de especial importância que os vários corpos se sintam bem representados, sendo que, também ele apoiou a constituição proposta de seis representantes dos professores e investigadores doutorados; seis representantes dos Estudantes e quatro representantes do pessoal não docente e não investigador.

O Reitor interveio dizendo que em face do RJIES o Senado Académico da UMinho, em comparação com o de outras Instituições, é dos que menos membros tem. Sob o seu ponto de vista, o Senado Académico possui já um número de elementos muito extenso e aumentá-lo criará dificuldades de quórum. Referiu ainda que no seu entender, os funcionários não docentes não devem ter representatividade no Senado Académico, posição que já havia preconizado aquando dos trabalhos da Assembleia Estatutária.

Terminado o período de debate, o Presidente colocou à votação a proposta de alteração do número de membros por eleição dos seus pares no Plenário do Senado Académico, alíneas f), g) e h) do n.º 1. do art.º 51.º, para seis representantes dos professores e investigadores doutorados; seis representantes dos Estudantes e quatro representantes do pessoal não docente e não investigador. Esta alteração repercutir-se-á na composição da Comissão de Planeamento – art.º 57.º, passando os demais artigos a contemplar o correspondente número de membros.



A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

A reunião prosseguiu com a análise do art.º 70.º (Enumeração das Unidades de Ensino e Investigação), no qual foi proposto pelo Reitor a alteração da designação da Escola de Ciências da Saúde para "*Escola de Medicina*" (alínea h) e da Escola Superior de Enfermagem para "*Escola de Enfermagem*" (alínea k), na sequência do solicitado pelas referidas Escolas.

Neste contexto, o Professor Licínio Lima solicitou ao Reitor a apresentação das razões que fundamentavam as alterações propostas das denominações destas Unidade Orgânicas.

Relativamente à alteração da designação da Escola de Ciências da Saúde para Escola de Medicina, o Reitor apresentou como principal justificação a aproximação desta Escola às congéneres, nacionais e estrangeiras, face aos projetos nela levados a cabo. A designação atual tinha como objetivo uma maior abrangência, mas, no contexto atual, faz sentido a alteração para Escola de Medicina.

No que respeita à alteração da designação da atual Escola Superior de Enfermagem para Escola de Enfermagem, referiu tratar-se apenas de uma aproximação à designação das demais Escolas da UMinho.

O Professor Jorge Pedrosa afirmou que o processo de alteração da designação para Escola de Medicina foi um processo muito participado e que a Escola se revê mais nessa denominação.

A pedido do Reitor, foi analisada de seguida a possibilidade de inclusão de um artigo com a epígrafe *Chefe do Gabinete do Reitor*, onde fique previsto que a sua nomeação e exoneração é da competência do Reitor. O fundamento apresentado para a introdução deste artigo foi o da necessidade de o Reitor ser assessorado por uma pessoa da sua confiança, à semelhança do que acontece com os Secretários de Escola, não ficando vinculado ao provimento do lugar através de concurso, e de cada novo Reitor poder fazer as suas próprias escolhas.

A Dr.ª Fernanda Ferreira entendeu ser mais adequado, ao invés da previsão de um novo artigo, antes o aditamento de um número ao artigo 37.º, referente às competências do Reitor, devendo posteriormente ser alterado o respetivo regulamento orgânico. Este entendimento foi acolhido por todos os Membros presentes.

O Reitor solicitou que fosse retirada a alínea c) do art.º 109.º (Unidades Diferenciadas), bem como o artigo respeitante à Fundação Carlos Lloyd Braga, dado que os processos em curso, respeitantes a essas unidades não estarem concluídos em tempo útil.

Procedeu-se ao intervalo para almoço às 13h50m.



Universidade do Minho
Conselho Geral

Foram retomados os trabalhos às 14h55, tendo sido novamente analisado o art.º 118.º (Atuais órgãos da Universidade) e, após algum debate onde foi consensual que a questão das atuais competências devia ser salvaguardada, tendo ficado definida a seguinte redação: *"Após a entrada em vigor dos presentes Estatutos, e até à constituição do Conselho de Curadores, mantêm-se em funcionamento os órgãos definidos nos Estatutos vigentes com as competências que lhes estão legalmente atribuídas."*

No que respeita ao artigo 120.º (Património Imobiliário Inicial), o Reitor informou que a relação do património imobiliário inicial será publicada em breve e que o mesmo será constituído por duas categorias: património imobiliário da Universidade e património do Estado cedido à Universidade (como, por exemplo, o Edifício do Largo do Paço e o Edifício dos Congregados).

Procedeu-se de seguida à análise do n.º 1 do art.º 33.º (Independência e Conflito de Interesses), em conjugação com o art.º 27.º (Incompatibilidades e impedimentos), com a intervenção da Dr.ª Fernanda Ferreira a contextualizar esta matéria, em articulação com o n.º 2 do art.º 106.º do RJIES, no qual é determinado, entre outros, que os membros de equipas reitorais e membros da Direção das Unidades Orgânicas não podem pertencer a quaisquer órgãos de governo ou gestão de outras instituições de Ensino Superior, público ou privado. No seu entender, estes impedimentos também se deviam aplicar no seio da instituição, em concreto no que à integração do CGeral diz respeito, ou seja, estando impedidos de integrar o CGeral os Presidentes das UOEI, os respetivos Vice-presidentes também deviam considerar-se impedidos.

O Estudante Carlos Videira disse concordar com a norma em geral, por exemplo o impedimento de um membro do Senado pertencer ao CGeral, mas do conhecimento que tem de outros Estatutos não lhe parece que devam ser aumentados os impedimentos.

O Professor Licínio Lima chamou a atenção para a separação das competências a exercer por esses elementos nos diferentes órgãos, e afirmou ser a favor do reforço da transparência e da legalidade. No caso concreto dos Vice-Presidentes das Unidades Orgânicas, importa saber com rigor qual o papel por eles desempenhado, sendo o seu entendimento que eles respondem perante os Presidentes, representando assim a Unidade Orgânica, não sendo por isso favorável, dado o universo de docentes elegíveis, à acumulação da sua representação em diferentes órgãos.

O Professor Francisco Veiga disse parecer-lhe um pouco exagerado falar da dependência do Vice-Presidente do Presidente da Unidade Orgânica, e entendeu que cada membro poderá ter independência no seu papel no CGeral. Referiu também o facto de um número elevado de docentes não quererem desempenhar funções em órgãos de governo da Universidade. Em sua opinião as incompatibilidades existentes são suficientes, não devendo as mesmas serem alargadas ao cargo de Vice-Presidente de Unidades. Disse perceber o que está



Universidade do Minho
Conselho Geral

subjacente ao n.º 2 do art.º 106.º do RJES, quem tem funções numa Universidade não pode exercer também funções numa outra concorrente, mas considerou que não devem ser transpostos os impedimentos constantes do n.º 2 para o n.º 3 do mesmo artigo.

O Professor Jorge Pedrosa manifestou declaração de interesse e afirmou ser contra o alargamento dos impedimentos. Considerou que um órgão com a importância do CGeral não deve ser privado da representatividade de Membros diferenciados e que os atuais impedimentos têm o espírito de não permanência, havendo mesmo o perigo de, com a escalada de impedimentos, outros órgãos ficarem também desprovidos de heterogeneidade de representação.

O Professor Manuel Pinto interveio dizendo que a adoção da medida de alargamento dos impedimentos terá repercussões futuras, julgando preferível ir ao encontro da prática de outras Instituições, as quais condicionam a representação de titulares de cargos, de modo a não deixarem situações dúbias em aberto.

O Professor Licínio Lima declarou tratar-se de uma matéria que exige alguma reflexão, face a eventualidades futuras que poderão trazer dificuldades. A ser possível a integração de um Vice-Presidente de Escola no CGeral, ao ser discutida uma questão inerente aquela onde exerce funções, será esperada uma postura de interesse impeditivo desse representante. A abertura dos impedimentos pode, no seu entender, condicionar a atuação do órgão.

A Professora Margarida Casal, subscrevendo o que foi dito pelo Professor Licínio Lima, defendeu o princípio de “assepsia ao limite”, o qual, a ser aceite, deveria ser cumprido verticalmente (i.e., aplicar-se a incompatibilidade desde diretor de curso a presidente de UOEI). Referiu ainda ser seu entendimento que nos mandatos do CGeral, tendo como referência a vivência do órgão, houve sempre um equilíbrio e as decisões foram sempre tomadas tendo como objetivo o maior interesse da Universidade.

A Dr.ª Fernanda Ferreira invocou os princípios éticos e deontológicos associados à matéria em análise e relembrou que os Estatutos são o documento estruturante da Universidade, que norteiam a atuação dos demais órgãos da UMinho; alertou para a necessidade de se evitarem situações que possam conduzir a conflito de interesses ou suspeitas sobre a isenção da atuação do órgão, podendo mesmo as decisões tomadas pelos órgãos ser anuláveis, em caso de impugnação.

O Reitor pediu para intervir, manifestando uma declaração de interesse, e afirmou que os Estatutos são o documento definidor da UMinho, pelo que a sua revisão deve ser utilizada para afirmar a autonomia e traçar uma fronteira clara entre as normas/procedimentos legais e o funcionamento da Universidade, não lhe parecendo ser este o momento apropriado para serem repensadas estas matérias.



O Presidente invocou declaração de interesse e afirmou não ser favorável às incompatibilidades e ao conflito de interesses. Entendeu que nos atuais estatutos da UMinho são definidas incompatibilidades de órgãos e não da condição em que os membros neles se encontram. Face à não obrigatoriedade legal de alteração deste normativo por força da passagem ao Regime Fundacional, considerou não ser necessário discutir o alargamento dos impedimentos neste momento, podendo a questão ser apreciada posteriormente.

No que respeita à questão levantada pela Dr.^a Fernanda Ferreira sobre a suspeição da atuação do órgão, referiu que é imperativa a questão disciplinar quando o membro não der conhecimento dos impedimentos/conflito de interesses aos órgãos onde tem representatividade. A omissão desta informação poderá levar à expulsão do membro.

Dada a não existência de consenso sobre a alteração do articulado, o Presidente colocou à votação dos membros presentes a alteração da redação do n.º 1 do art.º 33.º, tendo sido obtido o seguinte resultado: seis votos a favor da alteração da redação, três abstenções e oito votos contra.

Às 16h10m, ausentou-se, justificadamente, o Doutor Howard Davies.

O Presidente deu início ao debate sobre a questão da eleição do Provedor do Estudante – art.º 114.º, dando a palavra ao Professor Licínio Lima.

O Professor Licínio Lima afirmou pertencer a um setor do CGeral que, desde 2007, aquando dos trabalhos de elaboração dos atuais Estatutos, entendeu que a solução de eleição do Provedor do Estudante apouca o órgão. Relembrou que o interlocutor neste processo foi o agora Reitor, então membro da Assembleia Estatutária, e que o modo de eleição configura uma regra antidemocrática, dado que a prerrogativa de apresentação do candidato compete aos estudantes, em subscrições de pelo menos dois estudantes, o que poderá, no limite, implicar a existência de dois candidatos.

Trata-se de uma questão de fundo, pelo que afirmou não subscrever qualquer Provedor do Estudante enquanto se mantiver este processo de eleição, o qual considera prejudicar a Instituição e o próprio Provedor.

O Professor Rui Ramos informou que a CE-GAI não chegou a consenso sobre esta matéria e que foi de opinião que a contextualização temporal, bem como a estreita relação do Provedor com os Estudantes conduziu à atual redação. Entendeu que a alteração do articulado traduzirá a confiança dos Estudantes na Instituição e que deveria ser decidido em qual das reuniões do CGeral deve ser apresentado o relatório de atividades do Provedor do Estudante.



O Estudante Carlos Videira refutou a referência à proximidade dos Estudantes ao Provedor, sendo a sua opinião que o atual processo de designação do Provedor conduz a um elevado reconhecimento deste junto dos Estudantes. Aludiu ao facto do atual RJES ter diminuído os direitos dos Estudantes, afigurando-se muito negativo que o Provedor do Estudante fosse eleito sem a concordância dos mesmos. Referiu ainda que o direito de propositura por parte dos Estudantes, não só é um direito como um dever.

Mencionou que os relatórios do Provedor do Estudante provam que este tem como principal função a mediação e acompanhamento, desempenho esse que tem merecido grande reconhecimento institucional. Apontou exemplos de outras instituições que procuram garantir o envolvimento dos Estudantes na escolha do seu Provedor, medidas que considera de discriminação positiva para garantir o envolvimento na prossecução dos objetivos da atuação do Provedor.

O Professor Jorge Pedrosa defendeu que as duas posições são legítimas e sustentáveis: a dos Estudantes que se querem continuar a rever na figura do Provedor do Estudante e a dos membros do CGeral que entendem que o processo da sua eleição deve ser alterado. Afirmou ter a expectativa de que a resolução seja conseguida em sede de revisão estatutária, mas que em caso contrário, tendia a defender a posição dos Estudantes.

O Professor Manuel Pinto interveio começando por defender a existência de um Provedor por Corpos da Universidade. No que concerne ao Provedor do Estudante, considerou de todo o interesse prestigiar a figura, pelo que é importante que a mesma não fique peada na sua eleição, sendo assim conveniente a alteração do respetivo artigo.

A Dr.ª Fernanda Ferreira explicou que os exemplos utilizados no documento de trabalho da revisão dos Estatutos foram selecionados de acordo com os pressupostos definidos na Comissão, ou seja, os de evidenciar os normativos correspondentes nos Estatutos das Universidades fundacionais, bem como nos Estatutos recentemente revistos de outras Universidades; em relação ao Provedor do Estudante, salientou que nem todos os Estatutos das Universidades contêm regulamentação específica. Referiu ser seu entendimento que quem se deve rever no Provedor é a Academia e não apenas os Estudantes; quanto ao processo de designação, disse não concordar com a especificidade desta eleição por minorizar e desprestigiar a figura do Provedor do Estudante. A finalizar a sua intervenção, secundou a proposta do Professor Manuel Pinto para a criação de Provedores por Corpos da Universidade.

A Professora Margarida Casal interveio para informar que nas visitas realizadas a outros estabelecimentos de ensino, no âmbito das reuniões da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3Es), tem vindo a constatar que nessas instituições os estudantes não conhecem o Provedor do Estudante. Tal não acontece na UMinho, pelo que, entende que neste aspeto a normativa é eficaz. Apelou aos Estudantes para refletirem sobre o que foi transmitido pelos restantes membros, mas afirmou concordar com a atual redação.



Universidade do Minho
Conselho Geral

Car

O Presidente alertou para a importância da confiança no Provedor do Estudante de todos os Estudantes, o que, havendo duas proposituras, diminuiu em 50% essa confiança. Chamou à atenção para o facto de o Provedor do Estudante não ter como objetivo dar resposta aos Estudantes, mas sim apresentar as reclamações à Instituição para melhoramento e correção de procedimentos. Disse ainda considerar que quanto maior a aproximação do Provedor junto dos Estudantes, menor a credibilidade deste junto da Instituição.

O Professor Licínio Lima interveio para afirmar que, no seu entender, o Provedor do Estudante só poderá ser eleito por maioria absoluta dos membros do Conselho Geral.

O Estudante Carlos Videira apresentou vários exemplos de eleição do Provedor em outras Instituições, algumas nas quais a eleição é realizada por proposta condicionada dos Estudantes ao Reitor. Afirmou que não concordava com os argumentos apresentados como conducentes à menorização da figura do Provedor e considerou que na UMinho o papel por ele desempenhado é muito valorizado pelos vários órgãos e Serviços, à exceção do CGeral.

O Presidente refutou a afirmação do Estudante Carlos Videira relativa à menorização do papel do Provedor do Estudante por parte do CGeral, entendendo que o órgão está a tentar a elevação do mesmo. Apelou aos Estudantes para refletirem bem sobre a questão, sem ter como principal objetivo a eficácia da situação.

Terminado o debate, e face à não existência de consenso, o Presidente colocou à votação a alteração da redação dos números 2. e 5. do art.º 114.º (Provedor do Estudante), cujo resultado foi o seguinte: quatro votos a favor, sete votos contra e cinco abstenções.

O Professor Licínio apresentou declaração de voto, a qual se encontra anexa à presente ata e da qual faz parte integrante **(anexo II)**.

Terminada a análise do documento de revisão dos Estatutos, e face à concordância dos Membros presentes, o Presidente solicitou à Dr.ª Fernanda Ferreira a inclusão das decisões tomadas nesta reunião no documento final, bem como a preparação do aviso para publicação em Diário da República do projeto de revisão dos Estatutos para consulta pública.

O Presidente do Conselho declarou findos os trabalhos pelas 18:15 horas, tendo sido lavrada a presente ata com a colaboração do secretariado do Conselho Geral que, depois de aprovada será assinada pelo Presidente, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio e pela Secretária, Professora Ana Paula Marques.

O Presidente,

A Secretária,



Universidade do Minho

Anexo I

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião nº 001/2016 – Reunião Plenária

Sessão Extraordinária

2016/02/15

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	
Álvaro Laborinho Lúcio	
Ana Cristina Gomes Cunha	
Ana Paula Pereira Marques	
António Murta	
Bruno Jorge Travassos Alcaide	
Carlos Alberto da Fonte Videira	
Francisco José Alves Coelho Veiga	
Howard Davies	
Isabel Furtado	
Jorge Manuel Rolo Pedrosa	
José Mário Cerqueira Afonso de Sousa	
Licínio Carlos Viana da Silva Lima	
Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues	
Luís Alfredo Martins Amaral	
Manuel Carvalho da Silva	
Manuel Joaquim da Silva Pinto	
Margarida Paula Pedra Amorim Casal	
Maria Clara Faria Costa Oliveira	
Maria Fernanda Teixeira Ferreira	
Paula Moura Pinheiro	
Pedro Alexandre Pereira Sanches	
Rui António Rodrigues Ramos	

DECLARAÇÃO DE VOTO

Tendo sido apresentada a proposta de alterações do processo de designação do Provedor do Estudante, tendo tido à prerrogativa atualmente conferida aos Estudantes de submeter obrigatoriamente a respetiva proposta, considerando alternatively a sua eleição por maioria absoluta dos membros do Conselho Geral.

Tendo sido aprovada esta proposta, declara-se:

1. Se limitará a insistir naquelas regras antilegendárias, memorizando o restante conteúdo do Conselho Geral;
2. Constituirá grande limitação das legitimidades e estatutos do Provedor do Estudante, o qual exige elevada independência e capacidade de intervenção com todos os setores da Universidade.

Braga, 15 de fevereiro de 2016

